



REESMA, Humaitá - Amazonas, Volume XX, nº 2, jul-dez. 2026, p. 742-763.

A Autoridade em Transição: Parentalidade, Gestão de Privilégios e Heranças Intergeracionais em Contextos Amazônicos

Authority in Transition: Parenthood, Privilege Management, and Intergenerational Inheritance in Amazonian Contexts

Fabiane Vinente dos Santos¹
Vanessa Figueiredo de Almeida²
Andréa Araújo Ribeiro³
José Valdemir do Nascimento⁴
Kenysson Oliveira Rodrigues⁵
Denise Machado Duran Gutierrez⁶

Resumo: O estudo analisa as práticas parentais e sua relação com a saúde mental infantil nos contextos urbanos de Manaus e Boa Vista. Por meio de uma pesquisa qualitativa exploratória com 10 genitores de crianças entre 0 e 11 anos, os dados foram tratados por meio da Análise Temática de Conteúdo e interpretados sob a ótica da sociologia da infância e dos diagnósticos. Os resultados apontam para uma transição paradigmática na autoridade parental: a substituição da coerção física pela “gestão de privilégios”, especialmente a regulação do uso de telas. O estudo revela que essa transição é tensionada por uma “sombra intergeracional” entre a rigidez herdada de contextos ribeirinhos/extrativistas e as demandas da modernidade urbana. Os resultados apontam para uma transição paradigmática na autoridade parental: a substituição da coerção física pela “gestão de privilégios”, especialmente a regulação do uso de telas. O estudo revela que essa transição é tensionada por uma “sombra intergeracional” entre a rigidez herdada de contextos ribeirinhos/extrativistas e as demandas da modernidade urbana. A fragmentação das redes de apoio tradicionais e o processo de “urbanização subjetiva” intensificam a carga emocional dos cuidadores, gerando um “vácuo de autoridade”. Nesse cenário, identifica-se uma tendência à patologização da infância, em que a busca pelo diagnóstico biomédico serve como bússola para gerir incertezas educacionais e deslocar responsabilidades pedagógicas. Conclui-se que o fortalecimento da saúde mental infantil na região requer políticas públicas e intervenções clínicas que respeitem os repertórios históricos locais, instrumentalizando os pais para além da medicalização e do controle digital.

Palavras-chave: Estilos parentais; saúde mental; Amazônia; Desenvolvimento infantil; Medicalização.

¹ Doutora em Antropologia Social (Unicamp). Doutoranda em Saúde Pública na Amazônia (DASPAM) pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Técnica em Saúde Pública e pesquisadora do Laboratório de História, Políticas Públicas e Saúde na Amazônia (LAHPSA-ILMD-Fiocruz). Email: fabiane.vinente@fiocruz.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-0616-8800>.

² Mestre em Mestrado em Condições de Vida e Situações de Saúde na Amazônia (PPGVIDA). Doutoranda em Saúde Pública na Amazônia (DASPAM), do Instituto Leônidas Maria Deane – ILMD/Fiocruz e pesquisadora do Laboratório de História, Políticas Públicas e Saúde na Amazônia (LAHPSA-ILMD-Fiocruz). Email: vfigueiredo@aluno.fiocruz.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-2476-1886>.

³ Mestre em Saúde Sociedade e Endemias na Amazônia (PPGSEA UFAM/UFPA/FIOCRUZ, 2008). Doutoranda em Saúde Pública na Amazônia (DASPAM), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Email: aar.dsp25@uea.edu.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0007-2953-6916>.

⁴ Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Coordenador do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Roraima (UERR); membro do Núcleo 1 de Análise da Situação de Saúde da DIASI/DSEI Leste de Roraima. Doutorando em Saúde Pública na Amazônia (DASPAM), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Email: jvdm.dsp25@uea.edu.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0371-5648>.

⁵ Mestre em Ciências da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde (PROCISA) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Doutorando em Saúde Pública na Amazônia (DASPAM), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Email: kerodrigues@aluno.fiocruz.br. Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-5956-3113>

⁶ Doutora em Saúde da Mulher e da Criança pelo Instituto Fernandes Figueira (IFF) pela Fiocruz. Professora Associada IV da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Email: ddgutie@ufam.edu.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0031-3045>.



Abstract: This study analyzes parenting practices and their relationship with child mental health in the urban contexts of Manaus and Boa Vista. Through qualitative exploratory research with 10 parents of children aged 0 to 11, the data were analyzed using Thematic Analysis and interpreted through the lenses of the sociology of childhood and the sociology of diagnosis. The results point to a paradigmatic transition in parental authority: the replacement of physical coercion with "privilege management," particularly the regulation of screen time. The study reveals that this transition is strained by an "intergenerational shadow" between the rigidity inherited from riverine and extractive contexts and the demands of urban modernity. The fragmentation of traditional support networks and the process of "subjective urbanization" intensify the emotional burden on caregivers, creating an "authority vacuum." In this scenario, a trend toward the pathologization of childhood is identified, where the search for biomedical diagnosis serves as a compass to manage educational uncertainties and shift pedagogical responsibilities. The study concludes that strengthening child mental health in the region requires public policies and clinical interventions that respect local historical repertoires, empowering parents beyond medicalization and digital control.

Keywords: Parenting styles; Mental health; Amazon; Child development; Medicalization.



INTRODUÇÃO

A saúde mental infantil tem sido investigada como um fenômeno multidimensional, influenciado tanto por fatores individuais quanto contextuais. A história de vida dos tutores e as características individuais de saúde mental destes e das crianças se entrelaçam de forma cíclica e interdependente, interferindo umas nas outras ora como causa, ora como efeito, criando um padrão de interação familiar.

Práticas parentais consistentes, responsivas e emocionalmente sensíveis estão associadas a menores índices de ansiedade, depressão e problemas de comportamento em crianças. Por outro lado, estilos parentais coercitivos, negligentes ou excessivamente controladores mostram correlação com maior prevalência de transtornos internalizantes e externalizantes. Belsky (1984) postula que as estratégias parentais são determinadas pela interação de diferentes dimensões que envolvem o contexto social no qual a família está inserida. Evidências recentes consolidam a importância de ambientes familiares como elementos fundamentais na promoção do bem-estar psicológico infantil (Yang, 2025).

No contexto brasileiro, a parentalidade contemporânea é atravessada por mudanças culturais e legislativas profundas, como por exemplo, a promulgação da “Lei da Palmada” (Lei 13.010/2014)¹, que deslegitimou a violência física como ferramenta educativa, forçando uma reconfiguração da autoridade e uma mudança na forma como tutores lidam com comportamentos infantis tidos como indesejáveis (Alkimin, 2015). Adicionalmente, a onipresença das tecnologias digitais e o fenômeno crescente da patologização e da medicalização da infância inserem outras variáveis nessa equação, adicionando novos desafios.

Na região Norte do Brasil, essas dinâmicas ganham contornos específicos. O que se define no presente estudo como “contextos amazônicos” engloba não apenas o espaço geográfico de cidades como Manaus e Boa Vista, locais em que foram coletados os dados, mas uma complexa teia de transições socioculturais. As famílias amazônidas vivenciam um intenso processo de urbanização subjetiva (D’Incao, 1994), que altera modos de viver antes mesmo da migração física para as cidades. A necessidade de adaptação a novos marcos legais e a adoção massiva do consumo tecnológico refletem o choque entre lógicas tradicionais de sobrevivência e os imperativos da parentalidade contemporânea urbana.

Nesse sentido, o presente artigo tem como objetivo analisar como os estilos de parentalidade se expressam nas práticas educativas cotidianas e quais as relações



percebidas com a saúde mental das crianças, identificando sentidos, expectativas, estratégias disciplinares e percepções sobre a necessidade de acompanhamento profissional. Compreender a relação entre estilos de parentalidade e saúde mental infantil torna-se essencial para o desenvolvimento de intervenções eficazes e políticas públicas de suporte.

Metodologia

Trata-se de estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva. Para o tratamento dos dados, utilizou-se a Análise Temática (AT), conforme proposta por Braun e Clarke (2006). A AT é definida como um método para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro das falas dos sujeitos, permitindo organizar e descrever o conjunto de dados em detalhes e interpretar diversos aspectos da questão investigada.

Participaram do estudo 10 genitores (pais e mães) de crianças entre 0 e 11 anos, selecionados por conveniência em diferentes ambientes. Foram critérios de inclusão os participantes serem os genitores, heterossexuais e exercerem papel ativo na criação das crianças. Quanto aos critérios de exclusão, optou-se pelo recorte de casais heterossexuais por conveniência e para garantir a homogeneidade inicial da amostra nesta etapa exploratória, permitindo analisar a transição da autoridade em modelos tradicionalmente nucleares.

A definição do tamanho da amostra ($n=10$) baseou-se no conceito de Poder de Informação (Malterud *et al.*, 2016): quanto maior o alinhamento entre o objetivo do estudo, a especificidade da amostra e a qualidade do diálogo nas entrevistas, menor é o número de participantes necessário. Optou-se ainda pela não-inclusão de pais de crianças com atipicidades diagnosticadas (com diagnóstico fechado), mantendo-se, contudo, relatos de pais em processo de investigação ou com suspeitas não confirmadas, dado o interesse analítico nessas narrativas de busca por diagnóstico. As entrevistas foram realizadas em outubro de 2025 em Manaus-AM (6 entrevistas) e Boa Vista -RR (04 entrevistas). O registro foi feito mediante gravação de áudio digital, com posterior transcrição integral para arquivos de texto (Microsoft Word) a fim de compor o *corpus* de análise. O roteiro norteador constava de três perguntas abertas: 1) Que tipo de criação você adota com seus filhos? 2) Como você lida com comportamentos indesejados da



criança? e 3) Sua criança fez ou faz algum acompanhamento profissional em saúde mental? Por quê?

O tratamento dos dados baseou-se na Análise Temática de Braun e Clarke (2006). Adotou-se uma estratégia de codificação híbrida, partindo da identificação indutiva de categorias emergentes nas narrativas e avançando para um agrupamento dedutivo amparado na literatura. Esse processo analítico permitiu a abstração e a organização do corpus em quatro grandes Dimensões Analíticas que estruturam os resultados: (A) Práticas de Controle e Disciplina; (B) Afeto e Comunicação; (C) Sombra Intergeracional; e (D) Acompanhamento Profissional. A partir dessas dimensões, os temas foram interpretados à luz das teorias de estilos parentais da psicologia e desenvolvimento infantil clássicos e contemporâneos (Baumrind, 1966; Hoffman, 1975; Maccoby e Martin, 1983; Kupens e Celeumans, 2019; Gomide, 2004 e Belsky, 1984), da sociologia da infância (D’Incao, 1994; Ember e Ember; 2005 e Medaets, 2013) e da sociologia dos diagnósticos (Jutel, 2011; Caliman, 2026; Tulenski e Franco, 2019; Alves *et al*, 2021 e Bianchi *et al.*, 2022).

A pesquisa, deriva de atividade didática em metodologia qualitativa da pesquisa em saúde e, para tal, observou os preceitos éticos da Resolução nº 510/2016 do CNS, com consentimento livre e esclarecido obtido de todos os participantes, assegurando-se o anonimato e a confidencialidade. O manuscrito contou com o auxílio da inteligência artificial generativa (modelo Gemini 3, da Google) como ferramenta de apoio na revisão ortográfica e gramatical do texto e normatização das referências. A responsabilidade integral pelo conteúdo permanece integralmente com os autores.

Referencial Teórico

A pesquisa pioneira de Baumrind (1966) propôs a classificação de estilos parentais em três protótipos distintos, baseados na forma como a autoridade é exercida e legitimada. O *Permissivo* caracteriza-se por uma atitude não punitiva e de aceitação irrestrita, evitando o uso de poder ou controle ativo e permitindo que a criança regule suas próprias atividades, atuando apenas como um recurso e não como um agente modelador. Em oposição, o *Autoritário* valoriza a obediência como virtude suprema e busca moldar e controlar o comportamento da criança segundo um padrão de conduta absoluto, utilizando medidas punitivas e restringindo a autonomia em favor da ordem e da tradição. Por fim,



Baumrind defende o modelo *Autoritativo* (ou participativo) como o ideal racional, caracterizado por uma direção firme, mas orientada para a questão; este genitor encoraja o diálogo, explica as razões por trás das regras e valoriza tanto a vontade autônoma da criança quanto à conformidade disciplinada.

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983) propuseram uma reorganização da classificação de Baumrind a partir de duas dimensões fundamentais: Exigência (controle, supervisão) e Responsividade (afeto, comunicação, apoio). Ao cruzarem essas dimensões, consolidaram a tipologia quádrupla: o *Autoritativo* (Alta Exigência/Alta Responsividade), o *Autoritário* (Alta Exigência/Baixa Responsividade), o *Indulgente* (Baixa Exigência/Alta Responsividade) e o estilo *Negligente*, adicionado por estes autores, definido pela baixa exigência e baixa responsividade, refletindo o desengajamento do papel parental.

Embora fundamentais, tais tipologias clássicas de estilos parentais foram forjadas a partir da observação de famílias nucleares em sociedades capitalistas avançadas, tornando-se muitas vezes insuficientes para dar conta da gênese e da complexidade de contextos culturalmente diversos. Ao analisar as estruturas familiares e as unidades produtivas na Amazônia, D'Incao (1994) ressalta que a formação histórica dessas populações (frequentemente categorizadas como caboclas, ribeirinhas ou extrativistas) difere substancialmente da família patriarcal agrícola clássica e do modelo ocidentalizado. Historicamente, nessas populações tradicionais, o casamento não operava estritamente como uma aliança econômica de consolidação de poder, tampouco a organização familiar é centrada na garantia de herança de propriedades de terra. Trata-se de grupos sociais que desenvolveram lógicas próprias de reprodução social e sobrevivência e que, ao migrarem ou serem englobados pela expansão de centros urbanos, carregam consigo um *ethos* de cuidado e de autoridade particular.

Enquanto os estilos definem o clima emocional, as práticas parentais referem-se às estratégias específicas de socialização: Hoffman (1975) estabelece uma distinção crucial entre práticas coercitivas (uso da força física, privação de privilégios ou ameaças) e práticas indutivas (explicação das consequências do comportamento, visando a internalização moral). A transição da coerção para a indução exige dos pais um repertório complexo de competências. Kuppens e Ceulemans (2019) propõem a distinção entre Controle Comportamental (regras e estrutura, benéfico ao desenvolvimento) e Controle



Psicológico (manipulação de sentimentos e culpa, prejudicial). Nessa perspectiva, emergem subestilos como o *Autoritativo Positivo*, que combina alto apoio e regras claras com baixa punição severa, e o *Intrusivo*, onde o baixo envolvimento afetivo coexiste com tentativas de controle psicológico da criança.

Gomide (2004) destaca a *Monitoria Positiva* como uma prática fundamental de proteção, definida não como fiscalização, mas como o conhecimento dos pais sobre a vida dos filhos mediado pelo afeto e interesse genuíno. A execução dessas práticas depende das habilidades sociais educacionais que não eram exigidas em gerações passadas: a capacidade dos pais de expressar sentimentos, estabelecer limites e manter diálogos educativos de forma socialmente competente.

Ribeiro (2017) aponta para um fenômeno de transição geracional, onde pais criados sob modelos autoritários buscam romper com a rigidez do passado, sem renunciar ao controle, mas buscando alternativas dialógicas. Esse movimento, no contexto brasileiro, é intensificado por marcos legais, como a já citada “Lei da Palmada”.

Adicionalmente, a parentalidade opera sob a lógica da *Parentalidade Intensiva*, um conceito inspirado na “Maternidade Intensiva” de Hays (1996), que define a parentalidade com demanda alto investimento emocional e cognitivo dos cuidadores. Diante dessas pressões e da dificuldade de manejo comportamental sem o uso da força, observa-se um fenômeno crescente de patologização e, acoplada a ela, a medicalização da infância (Bianchi *et al.*, 2022; Caliman, 2016). Nesse contexto, diagnósticos psiquiátricos passam a atuar como quadros de inteligibilidade ou soluções rápidas (*quick fixes*) para dilemas educacionais complexos, transformando o rótulo médico em uma ferramenta de gestão da incerteza parental (Jutel, 2011).

A seguir realizaremos a análise dos temas obtidos a partir das entrevistas realizadas com pais e mães de Boa Vista e Manaus, que foram alocados em quatro campos, chamados aqui de “dimensões”, que nos permitem vislumbrar como essas ferramentas têm sido aplicadas em contextos amazônicos.

Dimensão Práticas de Controle e Disciplina: Da Coerção Física à Gestão de Privilégios



A análise das práticas parentais nas entrevistas evidencia uma transição paradigmática no exercício da autoridade: observa-se nas falas a expressão de um esforço dos participantes para romper com o modelo de castigos físicos, substituindo-o pelo que definimos como “gestão dos privilégios”.

Eu não bato neles. A gente conversa. Tem um castigo. Eu comprei uma mesa... e essa mesa tem duas cadeirinhas. Aí eles gostam muito de assistir desenho certo? Aí desligo a televisão. Eu coloco eles um de frente pro outro na mesa. Eles ficam lá na mesa... 15 minutos...10 minutos. (Homem, H1, 29 anos).

A fala acima ilustra, na prática, uma tentativa de reposicionamento do exercício da autoridade, afastando-se das características do estilo Autoritário. O pai rejeita explicitamente as práticas coercitivas, historicamente associadas a este modelo rígido que valoriza a obediência absoluta através do medo. A estratégia adotada (“controle dos dispositivos eletrônicos”, “mesinha do castigo”) alinha-se às características do estilo Autoritativo, que para Baumrind (1966) descreve pais que exercem controle firme nos pontos de divergência, mas não utilizam restrições punitivas rígidas ou físicas, preferindo o diálogo e as explicações sobre as razões por trás de suas ações.

A atitude de substituir a dor física pela “lição” (reflexão) remete ao que Hoffman (1975) classifica como práticas indutivas: estratégias disciplinares que sinalizam as consequências do comportamento e levam à reflexão, ao contrário das práticas coercitivas baseadas no uso da força. Essa gestão de privilégios, como a retirada das telas, demonstra que o abandono da violência física não significa ausência de regras (o que caracterizaria o estilo paternal Permissivo ou Negligente). Pelo contrário, revela a manutenção da exigência (controle e supervisão), porém equilibrada com a responsividade (conversa e afeto).

O esforço do pai para justificar que “não é castigo, é lição” denota uma preocupação em legitimar sua autoridade perante uma nova norma social. Essa mudança reflete a internalização progressiva de uma cultura de proteção e direitos humanos e no reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos não só na escola, mas também dentro de casa. Esta mudança de orientação também tem outra consequência: a consolidação da visão da criança como um sujeito individual, portador de direitos



próprios e de uma personalidade a ser “convencida” pelo adulto, e não apenas uma extensão de seus pais.

Diante da limitação ética e legal do castigo físico, o que não significa que ele não seja aplicado, como alguns pais pontuam, os dispositivos eletrônicos emergem como a nova “moeda de troca” da disciplina. A punição desloca-se do corpo da criança para os seus objetos de desejo e conexão com o mundo, como a TV e o celular. Identificamos vários relatos com o tom deste: *“Tiro o que eles mais gostam do que é celular ou a TV”* (M1).

Para Kuppens e Ceulemans (2019), essa prática deve ser analisada com cautela. Quando a retirada dos dispositivos é aplicada dentro de uma regra clara e estabelecida, ela se enquadra no que as autoras chamam de controle comportamental, baseado em regras e disciplina consistentes. No entanto, quando a consequência é aplicada de maneira imprevisível ou acompanhada de tentativas de influenciar emoções e pensamentos da criança (controle psicológico), a prática deixa de ser apenas disciplinar. Nos nossos dados, a prática aparece predominantemente como uma tentativa de estabelecer limites sem recorrer à agressão, o que aproxima esses pais do estilo Autoritativo Positivo, caracterizado por alto apoio e regras firmes, mas baixa punição severa.

É importante notar que a rejeição da violência não significou o abandono da rigidez. A categoria temática *Rigidez como orientação* revela que a “mão firme” ainda é valorizada como forma de cuidado e proteção contra os perigos do mundo, como relata a participante M1: *“Acredito que se eu não ensinar agora, quando crescer o mundo vai ensinar de forma mais dura”*. Contudo, há momentos de inconsistência ou exaustão, como no relato a seguir:

Eu tento conversar com ele, né pra ele. Não pode mais aquilo (...) Aí, eu deixo ele ficar cansado... uma hora ele fica quieto! [risos] (Homem, H2, 25 anos).

Essa postura de “vencer pelo cansaço” poderia, à primeira vista, indicar um deslizamento para o estilo Negligente, onde o pai se retira da interação por falta de repertório para lidar com o comportamento desafiador. Entretanto, essa atitude também pode ser lida contextualizada em práticas de algumas famílias amazônicas, especialmente em áreas interioranas, que consistem em deixar a criança se acalmar sozinha, respeitando



seu tempo, o que demanda um olhar cuidadoso sobre os contextos locais dessas práticas. Essa postura ressoa a lógica em que o silêncio e o respeito ao tempo da criança substituem a necessidade de convencimento verbal típica do *ethos* urbano-ocidental, configurando um silenciamento estratégico que preserva a integridade do coletivo.

Para além da proteção contra os perigos inerentes ao ambiente físico, Medaets (2013) revela uma dimensão moral e afetiva que é central para compreender a resistência local às normativas contemporâneas. No *ethos* ribeirinho, há uma oposição radical aos ideais ocidentais urbanos que romantizam a liberdade irrestrita infantil (como o brincar livremente sem supervisão ou o sujar-se em demasia). Nesse contexto sociocultural, a permissividade e a ausência de disciplina rigorosa não são interpretadas como sinais de respeito à autonomia ou ao desenvolvimento da criança, mas sim como a mais grave das falhas parentais. Deixar a criança excessivamente solta é lido pela comunidade como sintoma de desinteresse, negligência profunda e “falta de amor” ou ausência de sentimento por parte dos pais.

Essa percepção cultural arraigada explica a tenacidade com que muitos genitores no presente estudo, ao narrarem a *Rigidez como Orientação*, buscam manter a “mão firme”: afrouxar substancialmente o controle e a disciplina, dentro da lógica internalizada por essas genealogias de cuidado, equivaleria a uma falha moral e afetiva intolerável, traduzida socialmente como não se importar com o destino e o caráter do próprio filho.

Para aprofundar o significado dessa resistência em abrir mão da 'mão firme', é preciso situar o papel histórico e funcional do castigo corporal e da rigidez na região. Em um estudo transcultural, Ember e Ember (2005) argumentam que muitas sociedades utilizam o castigo físico visando instilar a submissão necessária para a sobrevivência em sistemas de profunda desigualdade de poder. Em contrapartida, Medaets (2013) observa que, nas comunidades ribeirinhas amazônicas, a hierarquia visa primordialmente à manutenção da coesão do grupo familiar. Nessas lógicas tradicionais, a norma dita que a criança deve se integrar de forma colaborativa à economia doméstica; assim, a disciplina rigorosa atua como um dispositivo para garantir essa adaptação, sendo vivida localmente como prova máxima de responsabilidade parental e proteção.

Ademais, a natureza desse controle possui camadas muito mais sofisticadas do que a simples dicotomia entre bater e não bater. A disciplina é frequentemente mediada pela figura da “prometida”, a ameaça ou promessa de um castigo futuro, que funciona



como um prelúdio regulador onipresente, capaz de instaurar o respeito e, muitas vezes, evitar a agressão física real (Medaets, 2013). Exigir o abandono dessas práticas em prol de uma liberdade irrestrita é frequentemente percebido pelas famílias como uma interferência externa perigosa. Configura-se, assim, uma espécie de resistência decolonial: a oposição aos valores da modernidade urbana justifica-se pelo receio de que tais modelos representem um abandono que expõe a criança aos riscos de seu entorno.

Os relatos analisados nesta dimensão apontam, portanto, para uma complexa reconfiguração da autoridade parental contemporânea. Se, na herança interiorana, a autoridade se inscrevia na obediência tática e na constante iminência da “prometida”, hoje, pressionados por mudanças legais, os pais urbanos deslocam a punição para a gestão dos objetos de desejo, como as telas. Essa transição impõe a eles uma carga cognitiva e emocional imensamente mais elevada: gerir as regras da parentalidade intensiva urbana, enquanto se tenta manter a coesão moral de sua própria herança cultural, exige muito mais esforço do que a aplicação das metodologias coercitivas do passado.

Dimensão Afeto e Comunicação (Responsividade): Monitoria Positiva, Práticas Indutivas e Incentivo à Autonomia

A dimensão do afeto e da comunicação que emerge das entrevistas revela uma ruptura com modelos tradicionais verticais, onde a criança era vista apenas como objeto de obediência. Nos relatos, observa-se uma parentalidade que busca legitimar a criança como sujeito, utilizando o diálogo não apenas como demonstração de carinho, mas como ferramenta técnica de educação e proteção. A análise dos dados permite identificar três eixos centrais de ação parental: a *Monitoria Positiva*, o *Diálogo como Prática Indutiva* e o *Incentivo à Autonomia*.

Um dos aspectos mais marcantes nas falas é a reconfiguração do que poderia ser entendido como vigilância. Diferente da fiscalização punitiva, os participantes descrevem uma postura de *Monitoria Positiva*. Segundo Gomide (2004), acompanhar de forma positiva o desenvolvimento de uma criança significa “lhes mostrar real interesse, tanto por suas atividades, como por seus sentimentos”. Diferente da supervisão estressante ou fiscalização, que busca apenas o erro, a monitoria positiva se expressa através do



conhecimento dos pais sobre a vida dos filhos mediado pelo afeto. Nas palavras de Gomide, “revelar interesse é estar disponível para ouvir aquilo que o filho gostaria de relatar” (p.???)

O relato de um pai exemplifica essa prática:

Costumo sair com eles, para o Shopping. Verifico, como foi o dia deles; que eles comeram, que eles merendaram, como é que está sendo no colégio. (...) eu procuro me atentar muito pra isso. (Homem, H1, 29 anos).

Ao se interessar pelos detalhes da rotina escolar e alimentar, o pai exerce uma supervisão que gera vínculo e segurança, afastando-se da negligência sem cair no autoritarismo invasivo.

A comunicação aparece nos relatos como o principal instrumento de substituição da violência física. As falas sugerem uma adesão ao que Hoffman (1975) classifica como Práticas Indutivas: estratégias disciplinares que, ao contrário da coerção pela força, buscam sinalizar para a criança as consequências do seu comportamento, levando-a à reflexão. A participante APO ilustra essa intencionalidade pedagógica:

Eu não sou de bater nelas, né? Eu... a gente tenta, a gente conversa, chama a atenção. Se for preciso, coloca de castigo, por exemplo, ah, gosta de jogar no celular, fica sem celular por um tempo, entendeu? Mas sempre explicando o porquê daquilo, né? (Mulher, M2, 30 anos).

Não se trata apenas de dar uma ordem, mas de fornecer sentido à regra (“explicando o porquê”), o que é essencial para a internalização moral. Contudo, a capacidade de executar esse diálogo em momentos de tensão exige do adulto o desenvolvimento de competências parentais complexas, que envolvem a regulação das próprias emoções para exercer a autoridade através do vínculo. A gestão de privilégios digitais atua como uma versão contemporânea da *prometida*, funcionando como um prelúdio que busca instaurar respeito e obediência sem a necessidade do ato físico, demonstrando que a autoridade local possui camadas de controle que a classificação binária de castigo ignora.

Uma mãe relata com precisão esse processo interno:



Primeiro eu metabolizo em mim mesma, para ver como eu vou reagir, e aí tento educar, mas a gente não bate, não faz punições, o que a gente tenta é conversar (Mulher, M3, 51 anos).

Essa metabolização descrita pela mãe ilustra o esforço cognitivo e afetivo necessário para a disciplina indutiva. Diferente da coerção, que muitas vezes é uma reação imediata movida pela raiva, a indução exige que o adulto mantenha o equilíbrio para conseguir explicar a regra, transformando o conflito em momento de aprendizagem e não apenas de punição.

Por fim, os temas voltados ao *Incentivo à Autonomia* revelam o objetivo final dessa nova parentalidade: a formação de um sujeito ético e capaz de se posicionar no mundo. Há uma rejeição explícita da obediência “cega” típica de gerações anteriores. A mãe M4 sintetiza essa ruptura geracional:

A minha criação é que ele seja independente e seja um menino que tem autonomia. Bem... desde criança eu fui ensinada que eu tinha que obedecer (...) E eu já faço o contrário com meu filho, eu quero que ele me diga tudo o que ele pensa, então eu quero que ele seja um menino destemido e completamente livre sobre as ações dele. (Mulher, M4, 40 anos).

Essa postura alinha-se ao conceito de *Responsividade* (Maccoby; Martin, 1983), onde os pais encorajam a autoafirmação e a troca verbal. Ao valorizar a autonomia, os pais indicam que a autoridade não serve para subjugar a criança, mas para instrumentalizá-la a viver em sociedade. Contudo, essa postura de alta responsividade exige atenção constante para que a liberdade concedida não se transforme em falta de limites, um desafio central na parentalidade contemporânea que busca equilibrar o afeto com a necessária orientação.

Dimensão A Sombra Intergeracional: Entre Idealização, Adaptação e Ruptura

A parentalidade não ocorre a partir de um ponto zero, ela é exercida sob a “sombra” das experiências vividas pelos participantes enquanto filhos. A análise dos



relatos revela que o passado atua como uma bússola moral, mas com polaridades distintas. A forma como os participantes lidam com essa herança não é uniforme, revelando três movimentos distintos: a continuidade idealizada, a adaptação negociada e a ruptura consciente.

Percebeu-se em alguns relatos a referência à criação recebida como positiva e associada à transmissão de valores éticos e morais. A valorização dos aprendizados recebidos funciona como um orientador do que passar para os filhos:

[A educação que eu aplico] é a mesma que aprendi com meu pai... Ensinar a respeitar os outros, trabalhar e não mexer com o que não é nosso. Procuro deixá-lo à vontade para brincar com todo mundo, mas sem exageros, com limites. (Homem, H3, 43 anos).

Eu tô passando a educação que a minha mãe teve comigo para ele. Que é o que eu aprendi com ela [...] Pra ele ser um bom rapaz educado e inteligente... essas coisas. (Homem, H2, 25 anos).

Para este grupo, a “sombra” do passado não é opressora, mas estruturante. Eles buscam reproduzir a autoridade vivenciada, associando-a a valores perenes como respeito e honestidade. Essa postura sugere uma valorização da hierarquia clara típica do estilo tradicional, buscando exercê-la, contudo, sem a violência física de outrora.

Diferente da simples reprodução, um grupo de participantes, notadamente mulheres, busca uma síntese. Elas não rejeitam o modelo tradicional; pelo contrário, reivindicam seus resultados positivos (o respeito), mas tentam suavizar os métodos. Aqui, a sombra do passado não é combatida, mas atualizada. O objetivo é manter o respeito antigo (Exigência), mas substituindo o autoritarismo mudo pela validação do diálogo (Responsividade), aproximando-se do equilíbrio do estilo Autoritativo descrito por Maccoby e Martin (2004).

Com base nos exemplos dos meus pais... ensinando eles a ter responsabilidade desde pequeno [...] a criação de antigamente, dos antigos, eu acho assim que era um pouco mais rígida... E os jovens, eles eram muito mais voltados ao respeito. (Mulher, M5, 37 anos).



Uma mais tradicional, né? [Igual] à que eu tive também. Com sempre respeitando os mais velhos [...] É, mas dando também liberdade para elas se expressarem, né? (Mulher, M2, 30 anos).

Por fim, há um movimento claro de negação do passado, protagonizado por mães que identificam na sua própria criação um excesso de controle a ser superado. Para alguns participantes, o passado é sinônimo de obediência cega e repressão.

A minha criação é que ele seja independente e seja um menino que tem autonomia. Bem... desde criança eu fui ensinada que eu tinha que obedecer [...] E eu já faço o contrário com meu filho, eu quero que ele me diga tudo o que ele pensa, então eu quero que ele seja um menino destemido e completamente livre sobre as ações dele. (Mulher, M4, 40 anos).

A participante M4 estabelece uma ruptura radical, onde a autonomia é valorizada acima da obediência. Este movimento reflete o fenômeno descrito por Ribeiro (2017): a geração atual provém de um contexto cultural onde o estilo autoritário predominava. A ruptura consciente (“fazer o contrário”) é uma tentativa de correção histórica. No entanto, conforme alerta a autora, esse movimento pendular de negação da rigidez anterior carrega o risco de oscilar para o extremo oposto, o estilo Permissivo, onde a busca pela liberdade total da criança pode, se não for bem dosada, diluir os limites necessários ao desenvolvimento seguro.

Apesar de suas diferenças, os participantes navegam por um terreno complexo entre o “velho” (que se quer manter ou rejeitar) e o “novo” (que se tenta construir). Ao abandonarem as certezas do autoritarismo passado sem terem ainda consolidado plenamente as competências do novo modelo participativo, os pais se encontram frequentemente num estado de incerteza. Essa busca por reproduzir os valores do passado, no entanto, esbarra em uma mudança estrutural drástica na configuração familiar. Ao rememorarem a criação que receberam, moldada pela *Sombra de Continuidade*, muitos desses pais se referem a um contexto caracterizado por uma rede de cuidado amplamente compartilhada.

Se nas comunidades tradicionais amazônicas a socialização infantil contava com uma malha de suporte comunitário e com a figura essencial da família estendida, como



os “avós-pais” que assumiam ou dividiam o peso da criação (Silva *et al.*, 2011), na urbanidade essa rede encontra-se esgarçada. Ademais, o próprio ambiente natural e as atividades de subsistência, que antes atuavam como os principais vetores de ganho de autonomia, não estão mais presentes da mesma forma. Ao migrarem ou se consolidarem nos centros urbanos sob um modelo de família estritamente nuclear e isolada, os pais perdem essa rede orgânica de apoio. A tentativa de exercer a autoridade e a orientação sem o suporte comunitário e intergeracional do passado gera uma sobrecarga que tensiona e, por vezes, inviabiliza a consistência disciplinar desejada.

Quando as estratégias de diálogo falham, a ansiedade parental busca âncoras externas. É neste ponto de tensão que o saber médico e psicológico é convocado como bússola para navegar as águas turvas da parentalidade contemporânea. Isso nos conduz à dimensão final do estudo.

Dimensão Acompanhamento Profissional: O Diagnóstico como Bússola

A última dimensão de análise revela como a parentalidade contemporânea, mesmo no contexto amazônico, é atravessada pelo saber biomédico. Os relatos indicam que a busca por acompanhamento profissional não se configura apenas como uma medida de cuidado em saúde, mas como um mecanismo de gestão da incerteza parental diante de comportamentos que fogem ao esperado. Essa busca reflete as dificuldades enfrentadas pelos pais em exercerem o estilo Autoritativo, manifesto no equilíbrio entre afeto e limites (Weber *et al.*, 2004), num contexto de altas demandas e pouco suporte.

Para uma parcela dos participantes, a condição de saúde mental infantil positiva é equiparada à docilidade e à ausência de demandas externas. O pai H3 é emblemático dessa visão: “Não, bom... nunca precisou né! [de assistência psicológica] Ele é uma criança tranquila, saudável, normal, bom, acredito que ele seja normal” (Homem, H3, 43 anos). Outra participante reforça essa visão com um alívio quase religioso: “ele não faz nenhum acompanhamento, porque, graças a Deus [...] acho que não precisa” (Mulher, M5, 37 anos). A repetição do termo “normal” associada ao adjetivo “tranquila” sugere que o comportamento que não causa transtorno à rotina adulta é lido como sinônimo de saúde.



No contexto dos estilos parentais, essa visão pode indicar uma dificuldade dos pais em lidar com a dimensão da *Exigência*. Comportamentos naturais de oposição ou energia, que exigiriam dos pais um esforço educativo de regulação, são interpretados como desvios que demandariam correção externa (médica), e não pedagógica.

Alguns trabalhos, como o de Caliman (2016), criticam a patologização da hiperatividade infantil, discutindo como manuais médicos classificam certos comportamentos comuns na infância, como irritabilidade e oposição a figuras de autoridade, como sintomas de transtornos psiquiátricos (em geral classificados como Transtorno Opositivo-Desafiador - TOD ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade - TDAH). Se a criança não incomoda a rotina escolar ou familiar, ela é validada como “normal”, dispensando o olhar profissional, que só é demandado em casos de comportamentos tidos como inaceitáveis. Quando a criança apresenta dificuldades, observa-se uma busca ativa pelo rótulo diagnóstico. O relato do pai H1 ilustra esse movimento de investigação:

É eles [os filhos] fazendo [acompanhamento psicológico]... o mais velho está fazendo... Pra gente identificar, saber... se ele é autismo... Se ele é autista, entendeu? (Homem, H1, 29 anos).

Segundo Tuleski e Franco (2019), essa postura reflete a patologização da infância, onde comportamentos que demandariam intervenção educativa passam a ser vistos sob a ótica da suspeita de anormalidade. Bianchi *et al.* (2022) defendem que o TDAH não é apenas um agravo biológico, mas um fenômeno social globalizado que “migra” por meio de atores não médicos (mídia, escolas), moldando a expectativa dos pais.

Mais do que um tratamento, o diagnóstico parece oferecer uma identidade ou uma explicação causal para o comportamento difícil. Isso fica evidente na fala de uma mãe que persiste na busca pelo diagnóstico mesmo diante da negativa médica:

Olha, eu tô tentando né, acompanhar... Já, já faz um tempo já que a gente acha que ele tem algum tipo de transtorno, né? (...) [a criança] fez acompanhamento com o psicólogo, mas eles falam que ele não tem nada (Mulher, M1, 34 anos).



Autores como Jutel (2011) mostram que diagnósticos funcionam como quadros de inteligibilidade: eles transformam comportamentos dispersos em explicações socialmente reconhecidas. Entre os participantes, a avaliação é acionada como forma de esclarecer o comportamento infantil considerado fora do padrão, não necessariamente porque há sintomatologia definida, mas porque a ausência de explicação gera desconforto. Para Caliman (2016), essa “obsessão” pelo laudo pode ser interpretada como uma tentativa de deslocar a responsabilidade: se o problema é biológico, a causa não reside na falha das práticas educativas parentais, o que traz alívio para a culpa.

Conectando esses achados à tipologia de Kuppens e Ceulemans (2019), a busca ativa por um laudo pode ser lida como uma manifestação de *Controle Psicológico*. Diferente do Estilo Negligente, que se define pelo desengajamento e baixa exigência, a postura desses pais revela um alto investimento, porém de natureza *Intrusiva*. O diagnóstico passa a ser um organizador externo que substitui o Controle Comportamental (regras e monitoria), eximindo os cuidadores da necessidade de mediar conflitos através do diálogo.

A biologização da conduta é bem expressa no trecho onde a mãe projeta sua própria condição no filho: “futuramente, eu vou procurar sim, porque eu tenho TDAH e eu conseqüentemente... como isso pode ser genético” (Mulher, M4). Aqui, o diagnóstico atua como um destino biológico antecipado, uma “bússola” que orienta o olhar sobre o futuro da criança (Alves *et al.*, 2021). Jutel (2011) argumenta que muitos diagnósticos servem como soluções rápidas para dificuldades que são, na verdade, sociais ou educacionais. O rótulo traz alívio emocional e acesso a direitos, mas pode reforçar a dependência da medicina em um contexto de “parentalidade intensiva” (HAYS, 1996), onde a exigência sobre os pais se torna insustentável sem esse suporte externo.

Em contraponto à lógica patologizante, apenas um relato mencionou o acompanhamento como ferramenta de desenvolvimento pessoal. Embora seja uma única fala, sua significância qualitativa é alta:

Ainda não, mas eu penso que seria interessante. Eu acho que pra um autoconhecimento até. (...) Eu acho que pra criança também, pra se olhar de fora, né? (Mulher, M3, 51 anos).



Esta visão minoritária resgata a psicologia como espaço de subjetivação, e não apenas de correção de sintomas. Ela se alinha ao perfil de pais com estilo *Autoritativo* consolidado, que veem a criança como um sujeito em desenvolvimento (Responsividade) e buscam ferramentas para potencializar sua autonomia. Não se pode ignorar que esta mãe possui o maior grau de escolaridade da amostra, o que a literatura aponta como fator que pode influenciar uma visão mais crítica e menos instrumental da saúde mental.

Considerações Finais

O presente estudo buscou analisar a parentalidade contemporânea em casais do Amazonas e Roraima para além da classificação estática de estilos, revelando um cenário dinâmico de transição e tensão. Os dados evidenciam que pais e mães vivenciam hoje um “vácuo de autoridade”: inseridos em um ambiente de mudanças culturais e inovações legislativas que deslegitimam o modelo autoritário tradicional, eles ainda não consolidaram plenamente as competências para o exercício de uma autoridade democrática e participativa. Esse vácuo, contudo, não decorre apenas de uma lacuna educativa, mas de uma tensão entre as novas exigências legais e subjetividades parentais ainda ancoradas em lógicas tradicionais que, privilegiam a hierarquia e o respeito como formas de proteção e coesão em ambientes desafiadores.

A principal contribuição desta análise foi identificar como esse vácuo é preenchido. Ao rejeitarem a coerção física, mas ainda assombrados pela rigidez de sua própria criação, os pais improvisam novas tecnologias de controle. A “gestão de privilégios” digital surge como a moeda de troca moderna, enquanto a busca pelo diagnóstico médico aparece como um recurso para gerir a angústia diante de comportamentos que não se consegue mais controlar pela força, nem ainda pelo diálogo.

Essa angústia contemporânea é indissociável da fragmentação das redes de suporte. A sobrecarga emocional e cognitiva exigida para o exercício de uma parentalidade não violenta e dialógica torna-se ainda mais aguda devido ao isolamento das famílias nos centros urbanos. É precisamente essa solidão estrutural, com ausência de redes de parentesco que possam auxiliar na criação das crianças, que potencializa a angústia diante da desobediência, impulsionando a busca pelo diagnóstico biomédico não



apenas como cuidado em saúde, mas como uma ferramenta de alívio, legitimação e terceirização das incertezas da parentalidade.

Conclui-se que a transição para o estilo autoritativo esbarra na dificuldade de migrar de uma “sociedade do fazer”, onde a autoridade se impõe pelo gesto e pelo exemplo sem necessidade de justificativa verbal, para uma sociedade do “convencimento”, que exige um esforço linguístico e regulatório para o qual muitos cuidadores não foram preparados. A análise das falas indica que a promoção da saúde mental infantil na Amazônia não depende apenas de cobrar dos pais que sejam menos rígidos, mas de instrumentalizá-los respeitando seus repertórios históricos. É imperativo que as políticas públicas reconheçam a resistência decolonial presente nas práticas locais: o receio de que a liberdade irrestrita da criança seja lida como abandono ou fragilidade frente aos riscos do contexto regional. Intervenções clínicas devem focar no acolhimento e na capacitação, evitando que a patologização e o controle digital se tornem os novos castigos físicos do século XXI: soluções rápidas que silenciam conflitos que exigem, na verdade, tempo, escuta e densidade relacional.

Notas

1 Esta legislação teve grande impulso depois de casos que causaram comoção nacional, principalmente o do assassinato do menino Bernardo Boldrini, em 2014, alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no ano seguinte no que era considerado até então, por setores mais tradicionais, como interferência “inadmissível” do Estado na educação doméstica (Dias, 2014).

REFERÊNCIAS

ALKIMIN, Maria Aparecida. A Lei da Palmada e seus impactos na LDB: inserção da transversalidade através da educação em direitos humanos e da prevenção de violências contra a criança e o adolescente. *Revista de Pesquisa e Educação Jurídica*, Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 172-194, jul./dez. 2015.

ALVES, Fabrício C. C.; BRANDÃO, Maria B. F.; BACELAR JUNIOR, Antonio J. A medicalização da infância na contemporaneidade: revisão integrativa. *Revista Mental*, Barbacena, v. 13, n. 24, 2021.



- BAUMRIND, Diana. Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, v. 37, n. 4, p. 887-907, 1966.
- BELSKY, J. The determinants of parenting: a process model. *Child Development*, v. 55, n. 1, p. 83-96, 1984. DOI: 10.2307/1129836.
- BIANCHI, Eugenia et al. Global medicalization, ADHD and childhood: a study of the media in 7 countries. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 27, n. esp. 2, e022023, 2022. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v27iesp.2.16855>.
- BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- CALIMAN, Luciana. Infâncias medicalizadas: para quê psicotrópicos para crianças e adolescentes? In: CAPONI, Sandra et al. (orgs.). *Vigiar e medicar: estratégias de medicalização da infância*. São Paulo: LiberArs, 2016.
- DIAS, Maria Berenice. Uma lei e dois equívocos: Lei da Palmada ou Lei Menino Bernardo. 2014. Disponível em: <https://berenicedias.com.br/uma-lei-e-dois-equivocos-lei-da-palmada-ou-lei-menino-bernardo/>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- D'INCAO, Maria Angela. Estruturas familiares e unidades produtivas na Amazônia: uma avaliação das entidades fixas e transitórias. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Antropologia, Belém, v. 10, n. 1, p. 57-74, 1994.
- EMBER, Carol R.; EMBER, Melvin. Explaining corporal punishment of children: a cross-cultural study. *American Anthropologist*, [S. l.], v. 107, n. 4, p. 609-619, dez. 2005.
- GOMIDE, Paula Inez Cunha. *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HAYS, Sharon. *The cultural contradictions of motherhood*. New Haven: Yale University Press, 1996.
- HOFFMAN, Martin L. Moral internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, v. 11, n. 2, p. 228-239, 1975.
- JUTEL, A. *Putting a name to it: diagnosis in contemporary society*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2011.
- KUPPENS, Sofie; CEULEMANS, Eva. Parenting Styles: a closer look at a well-known concept. *Journal of Child and Family Studies*, v. 28, p. 168-181, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1242-x>. Acesso em: 27 nov. 2025.



MACCOBY, Eleanor E.; MARTIN, John A. Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In: MUSSEN, P. H. (ed.). *Handbook of child psychology*: vol. 4. Socialization, personality, and social development. 4. ed. New York: Wiley, 1983. p. 1-101.

MALTERUD, Kirsti; SIERSMA, Volkert Dirk; GUASSORA, Ann Dorrit. Information Power: sample size in qualitative interview studies. *Qualitative Health Research*, [S. l.], v. 26, n. 13, p. 1753–1760, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1049732315617444>. Acesso em: 22 mar. 2016.

MEDAETS, Chantal. “A prometida”: normas educativas e práticas disciplinares em comunidades ribeirinhas da região do Tapajós, estado do Pará. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. e1-e14, maio-ago. 2013.

RIBEIRO, Rita. Pais permissivos: crianças em risco. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*, v. 8, n. 1, p. 105–118, 2017.

SILVA, Daiane Gasparetto da; PONTES, Fernando Augusto Ramos; SILVA, Simone Souza da Costa. Relações familiares de duas crianças ribeirinhas da Amazônia. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 139-151, 2011.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51–67, 2019.

TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana de Fátima (orgs.). *O lado sombrio da medicalização na infância: possibilidades de enfrentamento*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2019.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj et al. Identificação de estilos parentais: o ponto de vista dos pais e dos filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 323-331, 2004.

YANG, Xiaoxiao. The role of family environment in the psychological well-being and emotional development of adolescents in a cross-cultural context. *Journal of Language, Culture and Education*, v. 2, n. 1, p. 37-41, 2025. DOI: 10.70267/js6abw36. Acesso em: 30 nov. 2025.